

****(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada na cidade de São Paulo-SP.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

2.1. Base de preparação das informações trimestrais

As informações trimestrais da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 R1 (demonstração intermediária), observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas informações trimestrais em 06 de novembro de 2015.

3. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com essas informações trimestrais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.15	31.12.14
Aplicações financeiras	400	297
Exercícios findos em		
	30.09.15	30.09.14
Rendimentos das aplicações financeiras	29	21

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB") com liquidez imediata. Em 30 de setembro de 2015, estas

aplicações eram remuneradas a taxa média de 100% (100,08%, em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Partes relacionadas

A Companhia possui adiantamento para futuro aumento de capital recebido dos acionistas controladores, registrado no passivo não circulante no montante de R\$ 1.458.

A Companhia tem registrado em seu passivo circulante o montante de R\$ 61 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, relativo aos dividendos mínimos obrigatórios propostos aos seus acionistas.

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos períodos de 30 de setembro de 2015 e 2014, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	30.09.15	30.09.14
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	271	187
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(92)	(64)
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa correntes	(17)	(18)
Constituição de créditos sobre prejuízos fiscais limitados a 30% dos impostos e contribuições diferidos passivos	12	65
Exclusão referente a dividendos recebidos	64	45
	(33)	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33)	28

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do período, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	30.09.15	31.12.14
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	1.588	848
Créditos sobre diferenças temporárias	3	4
	1.591	852
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	572	304
Créditos sobre diferenças temporárias	1	2
	573	306
Total ativo	2.164	1.158
Imposto de renda		
Correção de depósito judicial	205	171
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	5.090	2.656
	5.295	2.827
Contribuição social		
Correção de depósito judicial	74	62
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	1.832	956
	1.906	1.018
Total passivo	7.201	3.845
Total líquido passivo não circulante	5.037	2.687

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 30 de setembro de 2015, totalizaram R\$ 3.851 e R\$ 6.992 respectivamente (R\$ 3.801 e R\$ 6.943 em 2014).

7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários encontram-se substancialmente representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço.

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

	Quant. Ações PN	30.09.15	31.12.14
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	12.412	7.239
Suzano Holding S.A	267.786	10.950	6.387
		23.362	13.626

8. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, não diferem significativamente, do seu valor justo.

Os títulos e valores mobiliários nas empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A. são classificados como disponíveis para venda e são avaliados pelo seu valor justo. No período não ocorreram movimentações de compra e venda desses investimentos.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos que requeiram divulgações em conformidade com o CPC 38, 39 e 40.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	30.09.15		31.12.14	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	400	400	297	297
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.362	23.362	13.626	13.626

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo.

	Valor justo em 30.09.15	Nível 1	Nível 2
Ativos			
Aplicações Financeiras	400	400	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.362	-	23.362
		400	23.362

	Valor justo em 31.12.14	Nível 1	Nível 2
Ativos			
Aplicações Financeiras	297	297	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.626	-	13.626
		297	13.626

Gestão do Capital

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

9. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração.

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobras. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 3.880. O auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que tornou-se definitiva em dezembro de 2014.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia mantinha R\$ 2.509 de depósito judicial relacionado a este processo (em 31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$ 2.375). Com o desfecho favorável do processo administrativo correlato, será oportunamente pleiteado o levantamento do depósito.

10. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 30 de setembro de 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 74.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como disponíveis para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

O declínio significativo ou prolongado no valor justo de investimento no instrumento patrimonial abaixo do seu custo será considerado uma perda no valor recuperável, e consequentemente, reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado do exercício.

11. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	30.09.15	30.09.14
Lucro líquido atribuível aos acionistas	238	215
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	74.000	74.000
Lucro líquido básico por ação	3,21622	2,90541

-

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

12. Resultado financeiro, líquido

	<u>30.09.15</u>	<u>30.09.14</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(4)	(4)
Outras despesas financeiras	(1)	-
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	167	139
Rendimentos das aplicações financeiras	29	21
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	<u>(3)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>188</u>	<u>156</u>